




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA INÊS DE OLIVEIRA



O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS  
ESCOLARES DO NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO CAJURU NO MUNICÍPIO DE  
CURITIBA/PR

CURITIBA

2019

MARIA INÊS DE OLIVEIRA

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS  
ESCOLARES DO NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO CAJURU NO MUNICÍPIO DE  
CURITIBA/PR

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Especialista, Curso de  
Especialização em Políticas Educacionais, Setor  
de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daniela de Oliveira Pires

CURITIBA

2019

Oliveira, Maria Inês.

..... 0 papel das instituições comunitárias na execução das políticas escolares do Núcleo Regional da Educação Cajuru no Município de Curitiba/PR / Maria Inês de Oliveira. - Curitiba, 2019.

.....

Orientadora: Daniela de Oliveira Pires  
Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná,  
Setor de Educação, Curso de Especialização em Políticas Educacionais .  
Inclui Bibliografia.

1. 0 papel das instituições comunitárias na execução das políticas escolares do Núcleo Regional da Educação Cajuru no Município de Curitiba/PR

.....

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MARIA INÊS DE OLIVEIRA**

**O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS ESCOLARES DO NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO CAJURU NO MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR**

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daniela de Oliveira Pires

Orientadora – Departamento de Planejamento e Administração Escolar - UFPR

Prof. Dr. Angelo Ricardo de Souza

Coordenador – Departamento de Planejamento e Administração Escolar - UFPR

*Ao meu pai LUIZ DE OLIVEIRA (in memoriam) que, mesmo tendo baixa escolaridade,  
foi meu educador sendo um exemplo de ser humano correto e íntegro.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus, pela oportunidade de cursar e concluir o curso.

Ao meu filho Matheus de Oliveira Soares pela compreensão em dividir a mãe com colegas de curso durante dezenas de noites de segunda à sexta e com o notebook nos finais de semana. (eu me sentia menos culpada ao lembrar que ele não estava totalmente sozinho pois temos uma adorável cachorra que se chama Gina que o enchia de carinho por mim...).

Ao Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná por ofertar gratuitamente através do Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação-NUPE, a Especialização em Políticas Educacionais.

A todos os Servidores Docentes, Servidores Técnicos-Administrativos e estagiários do NUPE.

À Professora Doutora Daniele de Oliveira Pires por tornar a orientação uma fase tranquila e serena, respeitando a minha capacidade e principalmente meu tempo.

À Colega de turma, Pedagoga Sharlene Teresinha Elias Pizzaia pelo companheirismo e amizade durante e após as aulas.

O nosso caminho é feito pelos nossos próprios passos...  
Mas a beleza da caminhada... Depende dos que vão conosco !

*JOÃO LOLE*

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tratará sobre a influência de instituições comunitárias nas proposições de políticas escolares que mobilizam a população em torno de Escolas Municipais, sendo objetos da pesquisa as escolas municipais do Núcleo Regional da Educação – NRE Cajuru do Município de Curitiba, Estado do Paraná. As instituições comunitárias entrevistadas foram as Associações de Moradores. A escolha do tema justifica-se no fato de que na legislação brasileira constam, dentre outros, três instrumentos jurídicos que estipulam a gestão democrática participativa: Na Constituição Federal de 1988 "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."; no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 "É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais." e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 "articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola". Objetivou-se identificar se as citadas instituições comunitárias influenciam ou não nas proposições de políticas escolares para as Escolas Municipais próximas geograficamente, mobilizando a população. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, teve por base, a análise bibliográfica e a realização de entrevistas do tipo semiestruturadas. Foram elaborados questionários para as instituições comunitárias e para as escolas municipais.

Palavras-chave: Associações de Moradores. Bairro Cajuru. Participação.

## **ABSTRACT**

This research analyzed the influence of community institutions on the propositions of school policies that mobilize the population around municipal schools. The schools employed as objects of research were all related to the Núcleo Regional da Educação (NRE Cajuru), located at Curitiba, state of Paraná. The interviews were held in the Neighborhood Associations. The choice of the theme is justified by the fact that Brazilian legislation includes, among others, three legal instruments that stipulate participatory democratic management: first, in the 1988 Constitution of Brazil, "Education, which is the right of all and duty of the State and of the family, shall be promoted and fostered with the cooperation of society, with a view to the full development of the person, his preparation for the exercise of citizenship and his qualification for work."; second, according to the 1990 Child and Youth Statute, it is the right of parents or guardians to have knowledge of the pedagogical process, as well as participating in the definition of educational proposals; and third, the 1996 Education Law (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) indicates the importance of articulate with families and the community, creating processes of integration of society with the school. The purpose of this study was to identify whether those community institutions influence school policy proposals for the municipal schools that are geographically close, mobilizing their population. The methodology of the research was based on bibliographical analysis and semi-structured interviews. Questionnaires were prepared for the community institutions and for the municipal schools.

Key words: Neighborhood Associations. Cajuru. Influence.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS</b> .....	<b>12</b>
2.1	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES .....	12
<b>3</b>	<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA</b> .....	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE</b> .....	<b>17</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>19</b>
5.1	TIPO DE PESQUISA .....	19
5.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	19
5.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	20
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>21</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>23</b>
	<b>APÊNDICE</b> .....	<b>24</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar a participação das associações de moradores nas escolas, considerando até que ponto essa relação pode contribuir para a qualidade da educação e ajudar na formação integral dos educandos.

A educação tem como função a formação do cidadão e a prática da cidadania, devendo formar sujeitos que possam inserir-se na sociedade de modo a modificá-la de forma positiva.

Diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Essa colaboração indica o reconhecimento da enorme tarefa que cabe à sociedade, especialmente a civil organizada, na formação dos educandos. Assim, a sociedade civil, representada por associações comunitárias, entidades religiosas e organizações não-governamentais, devem, em conjunto com o Estado, realizar o trabalho em comum de educar as pessoas.

Objetivou-se identificar se as associações de moradores influenciam ou não nas proposições de políticas escolares para as Escolas Municipais próximas.

A metodologia utilizada para a construção do trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas, buscando conhecer a realidade da gestão escolar de algumas escolas e associações, a partir de questionários e observações, com a pretensão de projetar possíveis estratégias de integração da escola com a comunidade.

Este trabalho se justifica fundamentalmente pela importância crescente da participação das instituições comunitárias, principalmente, Associações de Moradores localizadas nas proximidades de Escolas Municipais, que, a princípio, deveriam ser uma ponte entre a comunidade e gestores das escolas para facilitar a interação entre pais, professores e dirigentes escolares, na proposição de melhorias em infraestrutura e, quando necessário, pedagógicas.

Após essa introdução, o texto segue apresentando uma breve definição de associação de moradores e de gestão democrática nas escolas.

## 2 INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS.

### 2.1 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Uma Associação de Moradores é, basicamente, uma iniciativa em que um grupo de pessoas que moram em um mesmo local se reúne para criar regras e combinar estratégias de como melhorar o bem-estar na comunidade. Existem associações de bairros ou ruas, bem como associações dos moradores de condomínios fechados. Cada uma dessas organizações apresenta características específicas.

Uma associação de bairro busca solucionar problemas e gerenciar o dia a dia no local. Em geral, esse tipo de grupo trabalha em conjunto com as autoridades locais para melhorar as condições de vida na região.

Para que seja reconhecida legalmente, uma associação de moradores deve seguir as regras estabelecidas pelo Código Civil – Capítulo II, artigos 53 ao 61. Para isso, a iniciativa precisa cumprir os seguintes deveres:

- Criar um estatuto;
- Eleger uma diretoria;
- Ter registro em cartório;
- Possuir registro público como pessoa jurídica;
- Tomar decisões apenas em assembleias.

### 3 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Segundo Luck (2005), a gestão já pressupõe em si a ideia de participação, isto é, do trabalho coletivo de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre ela em conjunto.

A gestão escolar democrática é prevista pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, enquanto um princípio do ensino nacional e, ganhou legislação própria com a promulgação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que descreve a escola como uma instituição autônoma “formadora de um corpo de entendimentos, estabelecidos através do consenso interno”, gerado pela própria comunidade escolar, mediante a participação de diretores, pais, professores, funcionários e alunos, vinculando a construção social de novas realidades à cultura local (BOTLER, 2003, p. 121) . Ou seja, a escola democrática permite e requer a participação coletiva e a democratização da sua gestão.

A LDB prevê em seu artigo 3º., inciso VIII, que o ensino será ministrado com base no princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”, entre outros; mediante a “participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica” e a “participação das comunidades escolar e local, em conselhos escolares ou equivalente” (art. 14º., incisos I e II); mediação ao fato de que serão assegurados “às escolas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira” por parte dos “sistemas de ensino” (art. 15º.) (BRASIL, 1996).

A gestão deve organizar, mobilizar e articular condições materiais e humanas necessárias para efetivar o avanço dos processos da instituição escolar. Assim, o significado de gerir a escola contempla a mobilização dos sujeitos na definição das metas educacionais e no posicionamento frente aos objetivos educacionais, sociais, políticos, em uma sociedade complexa.

A gestão democrática implica na participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar (pais, professores, estudantes e funcionários) em todos os aspectos da organização da escola. Essa participação é efetivada pelas instâncias colegiadas a seguir:

- Conselho Escolar: formado por representantes da comunidade interna e externa, que tem como objetivo principal discutir e auxiliar nas decisões da gestão da escola;

- Associação de Pais, Mestres e Funcionários (pessoa jurídica de direito privado): órgão que representa os pais e os profissionais do estabelecimento de ensino e tem o intuito de promover a interação entre a escola e a comunidade;
- Grêmio Estudantil: organização que representa os estudantes e tem como objetivo articular seus interesses.

Outras entidades associativas também podem participar da vida escolar:

- Associação de Moradores: é, basicamente, uma iniciativa em que um grupo de pessoas que moram em um mesmo local se reúne para criar regras e combinar estratégias de como melhorar o bem-estar na comunidade. Existem associações de bairros ou ruas, bem como associações dos moradores de condomínios fechados. Cada uma dessas organizações apresenta características específicas.

Uma associação busca solucionar problemas e gerenciar o dia a dia no local. As associações devem trabalhar para melhorar as condições de vida na região; auxiliando a resolver junto às autoridades municipais questões como: falta de policiamento, iluminação precária, ruas sem asfaltamento ou até mesmo a criação de uma escola, creche ou posto de saúde no bairro. Para que seja reconhecida legalmente, uma associação de moradores deve seguir as regras estabelecidas pelo Código Civil – Capítulo II, artigos 53 ao 61.

- Conselhos Comunitários de Segurança surgiram para criar um espaço onde todos poderiam se reunir e pensar estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança da comunidade. São grupos de pessoas de uma mesma comunidade que se reúnem para discutir, planejar, analisar, e acompanhar as soluções de seus problemas, o qual se reflete na segurança pública. São meios de estreitar a relação entre comunidade e polícia, e fazer com que estas cooperem entre si.

Os Conselhos de Segurança têm por objetivo integrar a comunidade com as autoridades policiais; propor às autoridades as definições de prioridade na Segurança Pública na sua região e articular a comunidade visando a prevenção e a solução de problemas ambientais e sociais.

A participação, o diálogo, a implantação de órgãos colegiados, são práticas que pressupõem uma gestão democrática e, conseqüentemente, uma escola gerida, de forma coerente e planejada. Conforme Bordenave (1994, p.14) “A participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos mais adequados para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento”. Percebe-se

daí que o sujeito desenvolve seu potencial pleno no grupo social que permite e facilita a participação de todos.

Contudo, a cultura da participação democrática ainda não está suficientemente desenvolvida nas escolas. Como ressalta Barreto (2015, p. 2):

Embora atualmente os conselhos de escola e as APMs estejam presentes em todas as redes de ensino, observa-se que a participação na escola costuma ser ainda bastante limitada. São poucos os pais que comparecem às reuniões convocadas e as decisões aprovadas servem, muitas vezes, tão somente para dar mais força às medidas que o corpo docente já adotou, ou quer adotar, ou que a direção quer tomar. Essas reuniões não refletem, de fato, um processo de discussão e envolvimento mais amplo.

Paulo Freire cita no caderno 1 – Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania - MEC, (2004, p. 7):

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

A gestão democrática é formada por diferentes ações: Formação do Conselho escolar; Elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa; determinação e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes e equipe técnica.

O Conselho Escolar é um mecanismo que congrega a representação de todos os segmentos da escola com o objetivo de promover a cooperação entre escola e comunidade nas ações sócio educacionais. Segundo o artigo 1º da Lei 9.394/96, os Conselhos Escolares devem estimular a participação de diferentes pessoas na articulação dos recursos financeiros, pedagógicos, administrativos e culturais, compartilhando o desejo comum de promover uma educação de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coleti-

vo. De acordo com Libâneo (2004) o projeto político-pedagógico tem por intuito a descentralização e a democratização do processo de tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais no espaço escolar, dando prioridade a participação ativa dos sujeitos dos diversos segmentos presentes na escola, considerando-os como corresponsáveis pelo acesso, permanência e sucesso do aluno. Isso significa dizer que o trabalho coletivo é um princípio que possibilita a gestão democrática.

A gestão democrática vai além do processo de tomada de decisões, ela identifica os problemas, acompanha e controla as ações na fiscalização e avaliação dos resultados. Dessa forma, com a democratização da gestão é ampliada a participação das pessoas, conforme Libâneo (2001, p. 115):

Sendo assim, as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora espaço de trabalho coletivo e aprendizagem.

A participação é indispensável numa gestão democrática, pois através dela procura-se alcançar os objetivos com uma colaboração mais ampla da comunidade e com maiores possibilidades de obter sucesso. Mas, apesar dos avanços consideráveis observados a partir da Constituição Federal de 1988, a participação efetiva da comunidade ainda se restringe a alguns momentos específicos, tais como em reuniões para entrega de resultados e questões disciplinares. Transpor esta barreira é mais um desafio, já que uma gestão democrática e participativa é um dos pilares de uma educação pública de qualidade.

## 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos e na construção da cidadania. Sua função ultrapassa as salas de aula envolvendo não apenas os alunos e suas famílias, mas também o bairro em que a escola se insere e a sociedade como um todo. A presença da escola deve ser um diferencial positivo na comunidade — essa parceria é importante para todos.

O mundo encontra-se na era da globalização da economia e da comunicação e marcada pelo avanço científico e tecnológico, exigindo das escolas mudanças nas formas de relações e interações e na construção de conhecimentos. Assim, torna-se necessário o envolvimento de todos os cidadãos no processo educativo, sendo que a participação é incentivada por políticas públicas como a Lei Complementar nº 201/78 e a Lei Complementar nº 375/84, Lei nº 4024/61, Lei nº 5692/71, Lei nº 9394/96, Constituição Federal de 1988, entre outras.

Os artigos primeiro e segundo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dispõe:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Art. 2º a educação, dever da família e do Estado, inspirados nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A LDB trata sobre a importância da participação e é um dos objetivos da mesma, desenvolver o preparo do educando para o exercício da sua cidadania. No decorrer da legislação outro ponto importante é abordado, que são as tarefas que os estabelecimentos de ensino devem exercer. Em seu Art. 12º a lei estabelece que deve haver nas instituições de ensino um planejamento pedagógico, contendo as principais ações e objetivos para com a escola, e ainda a responsabilidade para com a administração dos recursos humanos, materiais e financeiros. Além disso, aborda a relevância da união entre família, comunidade e escola para um maior desenvolvimento educacional. (BRASIL, 1996).

A participação da comunidade em assuntos e decisões da escola são de vital importância. Gohn (2010, p.12), sustenta que na atualidade “A sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos [...] e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidade humana. [...] surgem às redes sociais e temáticas organizadas segundo gêneros, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas etc., além de fóruns, conselhos, câmeras etc., que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro”.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1998: p. 32) para que aconteça a interação entre a escola e a comunidade, é preciso buscar formas para que a mesma esteja mais presente no dia-a-dia da comunidade e também o inverso, de forma que todos possam se envolver em atividades voltadas para o bem-estar de sua comunidade.

No próximo capítulo, procura-se verificar como vem acontecendo a interação entre as associações e as escolas a partir da análise de questionários e entrevistas, segundo a concepção de Gestão Democrática.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 TIPO DE PESQUISA

Segundo Vergara (2000), os tipos de pesquisa são classificados quanto aos fins a que se destinam e quanto aos meios de investigação. Seguindo esta classificação a presente pesquisa enquadra-se quanto aos fins a que se destina como do tipo qualitativa e teve por base, a análise bibliográfica e a realização de entrevistas do tipo semiestruturadas. Foram elaborados questionários para as instituições comunitárias e para as escolas municipais. Houve dificuldades em realizar entrevistas com diretores e/ou dirigentes das escolas municipais e com representantes de associações de moradores.

### 5.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para efetivação da pesquisa, foram distribuídos 22 questionários no mês de fevereiro de 2019 para todas as Escolas Municipais do Núcleo Regional da Educação do Cajuru/Curitiba e para as cinco Associações de Moradores próximas. A escolha da amostra se deu por conveniência geográfica, uma vez que todas estão na mesma regional da pesquisadora.

O NRE Cajuru tem 20 Escolas Municipais que oferecem o ensino do 1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano e 02 Escolas Municipais que atendem do 6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> ano.

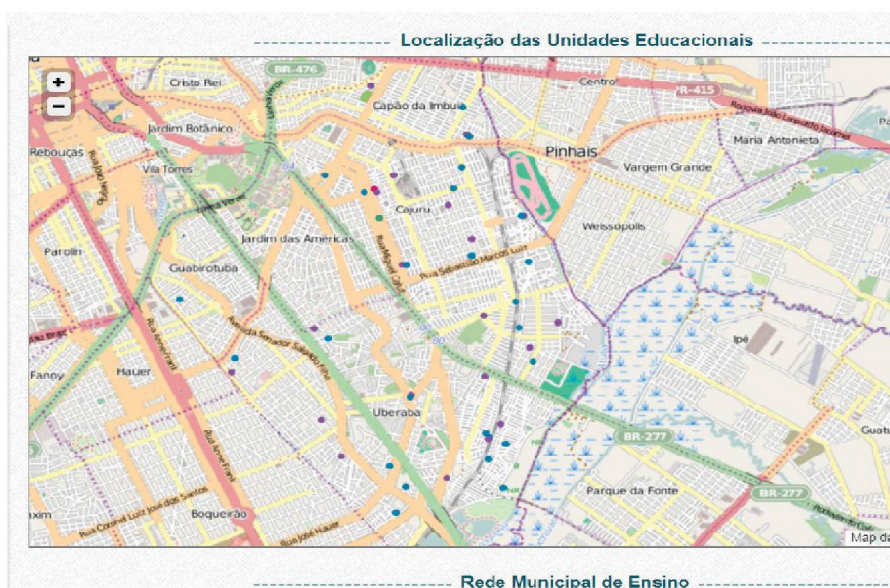


Fig. 1 – Mapa do Núcleo Regional de Educação do Cajuru

### 5.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Após a entrega e recolhimento dos questionários, foi possível analisar as respostas dos poucos representantes das escolas e das associações de moradores que se dispuseram a responder e assim visualizar a real situação da influência da comunidade nas proposições de políticas escolares para as Escolas Municipais do bairro.

Segundo informação do Portal das Unidades Educacionais do site da Prefeitura de Curitiba, todas as unidades municipais possuem Conselho Escolar constituído por representantes de todo o segmento escolar.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas municipais segue as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, não havendo muita alteração entre as escolas estudadas. O PPP demonstrou que há preocupação com a comunicação entre os pais e responsáveis, mas que essa comunicação em geral se refere a situações pontuais como eventos sócio-culturais e não como estratégia sistemática e permanente de diálogo e participação. Os representantes das associações comunitárias que responderam ao questionário também não relataram uma comunicação sistemática da escola com a comunidade. Os dados levantados dão suporte ao estudo de Milani (2006) que alerta para a mera consulta simbólica de processos que deveriam ser democráticos e participativos. O que pôde ser observado é que o PPP de cada escola, apesar de defender a atuação da comunidade nos processos de gestão da escola, não é amplamente conhecido por toda comunidade escolar.

Na análise dos questionários, verifica-se a quase inexistência de comunicação entre escola e a associação. Existe a participação e atuação da associação de moradores em várias áreas, com relação à iluminação pública, saneamento básico, limpeza das ruas, irregularidade em posto de saúde, mas com relação à escola existe essa falha de participação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada buscou analisar se a relação de envolvimento da escola e da comunidade no seu entorno se dá de forma participativa, coletiva e democrática. O tratamento e a análise dos dados foram concluídos com algumas dificuldades, mas sendo superadas no decorrer do processo. Para a escola ser democrática é preciso ter como um dos principais objetivos o trabalho coletivo e saber que a mudança é um processo contínuo e principalmente participativo. Percebe-se que através dos resultados desta pesquisa a importância da parceria entre família, escola e comunidade. Considerando-se que os estudantes são alunos, filhos e cidadãos, evidencia-se a impossibilidade de se colocar à parte escola, família e comunidade. Desse modo, o trabalho de educar não cabe somente à escola, porque o aluno aprende também através da família, dos amigos, das pessoas que ele considera significativas, dos meios de comunicação, etc. Por isso é preciso que professores, coordenadores, diretores, família e comunidade tenham consciência de que a escola necessita contar com o envolvimento de todos.

É indispensável que família, escola e comunidade se encarem responsabilmente como companheiras de caminhada, devido todos serem responsáveis pelo que produzem, podendo reforçar ou contestar a preponderância uma da outra. Família e escola precisam gerar através da educação coragem para ultrapassar as dificuldades encontradas, estabelecendo sua própria identidade, coletivamente e democraticamente, agindo juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno dos alunos.

Nota-se que as associações de moradores entrevistadas, não atuam nas decisões e planejamento das escolas, mas são bastante atuantes no que diz respeito às várias questões da comunidade. Vale ressaltar que dada a quantidade de moradores existentes na região analisada, ainda é minúscula a participação destes na escola. Isso se deve muitas vezes a questões políticas, ou mesmo por não querer ser associado, por se sentirem acomodados. É fato que a educação é primordial para que a população possa entender a importância do exercício de sua cidadania e que a educação pode ser realizada tanto por parte da escola, por meio de práticas educativas em que exponha para todos que eles podem ajudar a escola e a importância da participação, quanto por parte da associação que, através da exposição da importância de fazer parte da associação, traga discussões sobre os problemas da comunidade para juntos buscar soluções.

Hoje entende-se que é essencial o diálogo entre as instituições, e uma solução para a criação desse vínculo seria a parceria entre escola e associação para em conjunto

desenvolverem ações socioeducativas com o objetivo de tornar a comunidade ciente da realidade e ao mesmo tempo despertar neles a vontade de realmente assumir seu papel de cidadão.

## REFERENCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala\\_planejamento\\_praticas\\_escolar/pdf/u1\\_saibamais8.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_escolar/pdf/u1_saibamais8.pdf). Acesso em: 07/02/15.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, **Lei n. 9.394 n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** 1a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.** (Caderno 1). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf) Acesso em 11 de mar.2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo.** Petrópolis,RJ: Vozes, 2010.

LIBANEO, José Carlos. Buscando a qualidade social do ensino. In: **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática.** Goiania: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** 5 ed. ver. ampl. – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.p. 115.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MACEDO, N.; EVARISTO, M.M.; GODOY, M.F.; RIBEIRO, T.R. A experiência da Escola Integrada em Belo Horizonte. In: MOLL, Jaqueline et. al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012, p. 416.<http://www.curitiba.pr.gov.br/mapasite> 17 de jan. 2019.

MILANI, Carlos R. S.. **Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política.** Sociologias [online]. n.16, pp. 180-214, 2006. Disponível em: . Acesso em 23 mar. 2019.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de Coleta de Dados No Campo.** São Paulo: Atlas, 2000.

WIKIPEDIA – A **Enciclopédia Livre.** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_moradores](https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_de_moradores)> . Acesso em: 09 mar. 2019.

## **APÊNDICE**

Questionário utilizado para Diretoras das Escolas Municipais

Questionário utilizado para Presidentes de Associações de Moradores



